

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL - REDE ALFA PLanGIES

23-27 de Maio de 2005

Universidad Nacional de Costa Rica

Costa Rica

Universidade na transição para a Sustentabilidade: Tendências, estratégias e práticas¹

Alcino Pinto Couto¹

Maria do Céu Alves²

António Fernandes de Matos³

Pedro Guedes de Carvalho⁴

Resumo: Este trabalho pretende contribuir para uma maior clarificação e compreensão das razões que levam as universidades a comprometerem-se com desenvolvimento sustentável e o modo como incorporam nas suas missões, na sua organização e nas suas actividades os princípios da sustentabilidade. Observa-se um reconhecimento crescente de que o desenvolvimento sustentável constitui a força determinante da transformação da universidade no século XXI. As evidências, apesar de revelarem uma multiplicidade de trajetórias e diferentes graus de envolvimento quanto à incorporação da sustentabilidade na cultura, funções, estruturas e práticas das instituições académicas, sugerem que o ambiente é a componente do desenvolvimento mais assimilada e que o percurso para a sustentabilidade é longo, reflectindo o estado de infância das artes e da experiência organizacional acumulada.

Este documento foi realizado com a assistência financeira da Comunidade Europeia. Os pontos de vista nele expressos reflectem a opinião dos autores, não representando em caso algum o ponto de vista oficial da Comunidade Europeia.

(1) acouto@ubi.pt; (2) mceu@ubi.pt; (3) fmatos@ubi.pt; (4) pguedes@ubi.pt

¹ Publicado in N. Bryan, L. Gonçalves e O. Sanchez (orgs), *Los Desafíos de la Gestión Universitaria hacia el Desarrollo Sostenible*, UNA/UNICAMP, ISBN: 9968-9614-0-X, Costa Rica: 25-48.

Our biggest challenge in this new century is to take an idea that seems abstract – sustainable development – and turn into a reality for all world's people.

Kofi Annan, UN Secretary General

1. Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável suscitou desde logo um movimento de envolvimento por parte de segmentos da universidade. Na sequência do Relatório Brutland, grupos de universidades constituíram-se em signatários de Cartas e Declarações elaboradas em torno dos princípios e dos axiomas da sustentabilidade expressos pelo relatório (cf. e. g. A. Graham, 2004 e EMSU/RU, 2002).

Uma significativa literatura (cf. e.g. M. Shriberg, 2002 e H. van Weenen, 2000) tem vindo a ser produzida sobre as razões, as trajectórias e os canais de vínculo das universidades à construção de um futuro sustentável. Este aspecto é tanto mais importante quanto se assiste a uma “anarquia semântica” em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável (cf. A Couto *et al*, 2004), observando percepções diferenciadas quanto aos seus fins últimos e seu conteúdo substantivo.

Como se depreende da citação de Koffi Annan acima enunciada, um dos maiores desafios na abordagem da questão é a tradução da sua dimensão abstracta numa

dimensão substantiva e operacional; a única capaz de assegurar benefícios reais à sociedade e contribuir para a solução dos problemas sociais deste século.

Deste modo, a abordagem do envolvimento e da contribuição da universidade para um futuro sustentável beneficiará de uma melhor compreensão se nos centramos no modo como as organizações académicas têm operacionalizado a incorporação dos princípios da sustentabilidade no quadro das suas missões, funções, cultura organizacional e actividades.

Este trabalho tem como objectivo identificar e analisar, de modo exploratório, razões e condições que levam as universidades a comprometerem-se com desenvolvimento sustentável e padrões de assimilação dos princípios da sustentabilidade na sua actuação estratégica e operacional ao nível das suas missões e diferentes unidades organizacionais. O que se pretende é retirar ensinamentos quanto a dinâmicas de transformação e capacidade institucional das universidades para concretizar, desenvolver, integrar e difundir fundamentos e práticas éticas, económicas, sociais e ambientais que respondam aos desafios colocados pelo desenvolvimento sustentável.

A informação relevante para o trabalho recai numa abordagem selectiva da literatura disponível sobre estudos de caso e na análise de portais institucionais de universidades signatárias de Declarações e Cartas de compromisso com o desenvolvimento sustentável. Obviamente, que tal procedimento metodológico não evita problemas de enviesamento, dado ser claramente sensível, por um lado, ao universo e canais de divulgação dos estudos de caso e seus critérios de selecção. Por outro, ao esforço de comunicação institucional das universidades.

Após esta introdução segue-se uma análise do envolvimento da universidade em parcerias para a sustentabilidade focalizada nas Declarações e Cartas elaboradas até ao presente. De seguida, examina-se os modelos, estratégias e práticas seguidas pelas universidades, realçando as tendências emergentes, as razões que levam as universidades a assumir o compromisso com o desenvolvimento sustentável e as barreiras com que se confrontam na sua implementação. Faz-se ainda uma breve análise do caso português e termina-se com algumas considerações finais.

2 – Universidades e parcerias para a sustentabilidade. Da declaração de Talloires às parcerias globais (GHESP)

As questões do desenvolvimento sustentável estão em relação directa com as funções da universidade uma vez que a educação é essencial para suscitar mudanças no comportamento esperado do indivíduo enquanto que a investigação e a inovação social, científica e tecnológica funcionam como alavancas do desenvolvimento sustentável (Webster, 2005). Por outro lado, enquanto instituições de significativa importância económica as universidades contribuem para o dinamismo da região onde se inserem e representam assim um importante elemento na implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Em termos históricos, as primeiras referências sobre a importância da educação, e da universidade, no desenvolvimento sustentável foram feitas em eventos e documentos das Nações Unidas da década de 70. Assim, nas conferências sobre desenvolvimento humano (UNCHD, 1972) e posteriormente, sobre desenvolvimento e ambiente (UNCED, 1992), são elaborados documentos nos quais são formuladas medidas para o sector educativo – Quadro 1.

De um modo geral, é fomentada a produção e divulgação de informação sobre os desvios ao desenvolvimento sustentável e as possíveis soluções. Sendo, ainda, atribuída à universidade a responsabilidade de educar para o desenvolvimento sustentável. Contudo, das conferências da ONU no período de 1972 a 1992 emergiu um novo consenso quanto ao papel e importância da educação no desenvolvimento sustentável. A educação, vista até ao momento como um objectivo, passa a ser vista como um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável (B. Mazurkiewicz, 1998).

O espaço universitário reagiu aos desafios lançados pela comunidade internacional com a realização de diversos eventos, a elaboração e assinatura de vários acordos e a implementação de parcerias académicas para a sustentabilidade.

**Quadro 1 – A ONU e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável
(1972-1992)**

<i>Documentos</i>	<i>Objectivos</i>	<i>Medidas Recomendadas</i>
UNCHD (1972) Declaração de Estocolmo (Princípios 9 e 24)	Prever e/ou atenuar situações que prejudiquem o desenvolvimento sustentável.	Formulação de acordos multilaterais ou bilaterais ou de outras formas de cooperação (nomeadamente ao nível da transferência tecnológica).
UNCED (1991) Relatório do Comité Preparatório	Envolver todos os interessados na educação para o desenvolvimento sustentável.	Envolvimento de decisores no governo, de especialistas que nas universidades, institutos de investigação, etc.
UNCED (1992) Declaração do Rio (Princípio 9)	Fomentar o surgimento e o aperfeiçoamento de capacidades para o desenvolvimento sustentável.	Intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico. Desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de tecnologias, incluindo as novas e inovadoras.
UNCED (1992) Agenda 21 (Capítulos 31, 34, 35 e 36)	Clarificar o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento sustentável.	(Re)desenho dos programas nacionais em Ciência e Tecnologia de forma a clarificar as contribuições do sector para o desenvolvimento sustentável e a identificar as funções/ responsabilidades do sector no desenvolvimento humano.
	Gerar e disseminar conhecimento e informação em desenvolvimento sustentável.	Produção de avaliações científicas de longo prazo sobre desgaste dos recursos, uso da energia, impactos na saúde e tendências demográficas, que sejam facilmente perceptíveis e amplamente divulgadas.
	Educar todos para o desenvolvimento sustentável.	Desenvolvimento de programas de educação em ambiente e desenvolvimento acessível todos. Implementação de incentivos, para universidades e redes, ao trabalho realizado neste âmbito.

Fonte: adaptação de Fouto, 2002

Entre os principais documentos elaborados destacam-se a Declaração de Talloire (1990), a Declaração de Halifax (1991), a Declaração de Swansea (1993), a Declaração de Kyoto (1993), a Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável (1994), a Declaração Tessalónica (1997), a Declaração de Luneburgo (2001) e, mais recentemente, a Declaração de Ubuntu (2002).

A Declaração de Talloires (1990)² – Este documento representa a primeira declaração oficial assinada por altos responsáveis de universidades (22 presidentes, reitores e administradores) de todo o mundo relativamente ao

² Em Março de 2005 apenas uma universidade portuguesa (Universidade Nova de Lisboa) constava na lista dos signatários desta declaração. <http://www.ulsf.org>

compromisso da universidade com o desenvolvimento sustentável. Esta declaração foi assinada no Centro Europeu da Universidade de Tufts, Talloires, França. Nela, os seus signatários manifestam preocupação com a crescente degradação do ambiente e com a delapidação dos recursos naturais. Para eles, as universidades desempenham um papel fundamental na educação, na investigação, na concepção de políticas e no processo de troca das informações necessárias para o alcance dos objectivos. Neste sentido, compete aos responsáveis da universidade dar os primeiros passos para incentivar e estimular a mobilização de recursos internos e externos para que as suas organizações sejam capazes de responder rapidamente a este desafio. Para isso, deverão ser fomentadas iniciativas no sentido de:

- Uma maior consciencialização do público em geral para a necessidade do desenvolvimento sustentável;
- Criar nas organizações uma cultura centrada no desenvolvimento sustentável – estimular as universidades a utilizar os meios ao seu dispor, ao nível da educação, investigação e contactos com a comunidade para alcançar um desenvolvimento sustentável ao nível mundial;
- Privilegiar a educação para uma cidadania ecológica responsável – estimulando a divulgação de informação e fazendo chegar essa informação a docentes, alunos e funcionários;
- Fazer chegar a cultura ecológica a todos através do sistema de ensino – integrar nos currículos de formação a cultura ecológica;
- Mostrar uma conduta ecológica responsável nas organizações – dar o exemplo com iniciativas de reciclagem, racionalização de consumos etc.;
- Envolver todos os intervenientes – incitar a participação de governos, indústria e outras instituições na investigação desenvolvida e na formação ministrada e nos serviços prestados no sentido de um Desenvolvimento Sustentável;
- Introduzir abordagens multidisciplinares – Formar uma equipa com docentes, técnicos da universidade e especialistas ambientais para a reformulação dos currículos académicos e dos programas de investigação;
- Aumentar o papel das escolas primárias e secundárias – Estabelecer redes e alianças com estas escolas para reforçar o ensino das questões ambientais e demográficas e do Desenvolvimento Sustentável;

- Alargar o raio de intervenção – estimular à colaboração com outras universidades nacionais e estrangeiras para o Desenvolvimento Sustentável;
- Gestão da iniciativa – Criar um órgão administrativo que permita manter viva esta iniciativa, divulgando informação sobre as acções em curso, mantendo actualizada e informada a lista de signatários.

A Declaração de Halifax (1991) – Declaração assinada em Dezembro de 1991, na conferência sobre *Acções da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável* que decorreu em Halifax, Canadá. Esta declaração foi assinada por representantes da Associação das Universidades do Canadá, da Associação Internacional das Universidades (AIU) e da Universidade das Nações Unidas. Juntaram-se assim responsáveis de 33 universidades de 10 países e 5 continentes aos quais se somaram representantes da indústria, da banca e de organizações governamentais e não governamentais³.

Desta cimeira obtiveram-se dois resultados:

- Um plano de acção que servirá de ponto de partida para um planeamento estratégico para o desenvolvimento sustentável. Que na pratica se traduz na implementação de acções concretas em várias universidades signatárias e na criação de redes internacionais;
- Uma declaração que fornece uma orientação genérica para as universidades envolvidas. Sendo a ênfase colocada na educação e treino, na investigação e política de informação, e de modo mais acentuado na importância do trabalho interdisciplinar e num papel mais pró-activo das universidades no desenvolvimento sustentável

Para isso deverá a universidade assumir os seguintes compromissos:

- Utilizar todos os seus recursos intelectuais para chamar a atenção para os problemas actuais;
- Enfatizar a obrigação ética da actual geração em ultrapassar e eliminar as práticas erróneas na gestão e utilização dos recursos naturais;

³ <http://www.iisd.org/educate/declarat/halifax.htm> acedido em 07/05/05.

- Realçar as capacidades da universidade em ensinar e por em prática os princípios do desenvolvimento sustentável, em produzir literatura sobre questões ambientais e em aumentar os conhecimentos sobre ética ambiental de docentes, alunos e público em geral;
- Cooperar com todos e cada um dos segmentos da sociedade tendo em vista a implementação de medidas práticas que revertam as práticas que contribuem para a degradação ambiental;
- Utilizar todos os meios disponíveis para comunicar e divulgar estas tomadas de posição às organizações interessadas e ao público em geral;

Outro passo importante para o envolvimento da universidade no processo de desenvolvimento sustentável foi dado, mais tarde, na *Cimeira da Terra* sobre o ambiente e o desenvolvimento - UNCED, que decorreu no Rio de Janeiro em 1992. Este evento deu origem a dois documentos importantes: a Declaração do Rio e a Agenda 21 (ver quadro1).

A *Declaração do Rio* representa um passo importante na história do planeta porque nela estavam representados 182 estados para debater as questões da poluição ambiental e do esgotamento dos recursos naturais. Por outro lado, esta iniciativa vai dar origem a um novo tipo de acordos multilaterais no combate aos problemas ambientais.

A *Agenda21* do Rio representa um programa global de acção a pôr em prática pelos governos, as instituições de desenvolvimento, os organismos das Nações Unidas e todos os grupos independentes em todos os domínios onde a actividade humana afecta o ambiente. No domínio da educação destaca-se a Agenda 21 local – capítulo 36 - *Promover a educação, a consciência pública e a formação*. Área programática – *Reorientar a educação para o desenvolvimento sustentável* - ONU, 1992. Este documento apresenta as seguintes bases para a acção:

- A educação, incluindo a educação formal, a consciência pública e a formação devem ser reconhecidos como processos através dos quais os seres humanos e as sociedades podem alcançar o seu completo potencial;

- A educação é vital para a promoção do desenvolvimento sustentável e para ensinar o ser humano a lidar com as questões ambientais e do desenvolvimento;
- Enquanto a educação básica fornece as bases para a educação em ambiente e desenvolvimento, as posteriores necessitam de ser incorporadas como uma parte essencial da aprendizagem;
- A educação formal e a educação não-formal são ambas indispensáveis na mudança de atitudes que capacitará as pessoas a avaliar e resolver as suas preocupações de desenvolvimento sustentável;
- A educação é vital ao alcance de uma ética e consciência ambiental, de valores e atitudes, habilidades e comportamentos consistentes com o desenvolvimento sustentável e para uma efectiva participação pública nos processos de decisão;
- Para ser efectiva, a educação ambiental e de desenvolvimento deve lidar com as dinâmicas biofísicas e socioeconómicas do ambiente e do desenvolvimento humano, deve ser integrada em todas as disciplinas e deve empregar métodos formais e não-formais e meios efectivos de comunicação.

Declaração de Swansea (1993) – Declaração⁴ assinada em Swansea no País de Galles, em Agosto de 1993, no 15º Congresso da Associação das Universidades do Commonwealth (ACU) que contou com a participação de mais de 400 universidades. Esta reunião, inspirada nos exemplos de Talloires e Halifax, representa mais uma iniciativa de protesto contra a degradação do planeta.

Tendo em conta que a participação de toda a sociedade na busca da sustentabilidade é imprescindível foram apresentadas as seguintes orientações:

- Incitar as universidades (da ACU) a procurar, definir e disseminar uma noção clara de desenvolvimento sustentável e incentivar a pratica de princípios de desenvolvimento sustentável mais apropriados ao nível local, nacional e global;
- Utilizar os recursos da universidade para melhorar os conhecimentos sobre os perigos físicos, biológicos e sociais enfrentados pelo planeta e reconhecer a dimensão internacional do Desenvolvimento Sustentável;
- Enfatizar a obrigação ética da actual geração, em ultrapassar as práticas de má- gestão dos recursos;

⁴ <http://www.unesco.org> acedido em 07/05/05

- Destacar as capacidades da universidade em ensinar e desenvolver investigação sobre os princípios do desenvolvimento sustentável, aumentar a literatura ambiental, e destacar os conhecimentos de ética ambiental na universidade e para o público em geral;
- Cooperar com todos e cada um dos segmentos da sociedade tendo em vista a implementação de medidas práticas e políticas para alcançar o desenvolvimento sustentável e simultaneamente salvaguardem os interesses das gerações futuras;
- Incentivar as universidades a rever as suas próprias operações de modo a que espelhem as melhores práticas de Desenvolvimento Sustentável;
- Solicitar urgentemente ao conselho da ACU que implemente os meios de por em pratica esta declaração.

Declaração de Kyoto (1993) – Em Novembro de 1993, cerca de 90 responsáveis universitários reuniram-se para discutir e adoptar uma declaração de princípios, baseada nas declarações emanadas das conferências de Talloires (1990), Halifax (1991) e Swansea (1993). Para a Associação Internacional das Universidades (IAU), que promoveu este evento, as universidades têm um papel importante a desempenhar na promoção de desenvolvimento sustentável. Trata-se de um papel único que se encaixa perfeitamente na continuidade da missão de promoção da educação pelo ensino e pela investigação.

Esta declaração sublinha a dimensão ética da educação para o desenvolvimento sustentável que, além de ensinar princípios, deve promover práticas igualmente sustentáveis. Neste sentido os signatários comprometem-se a⁵:

- Incitar as universidades do mundo inteiro a procurar, estabelecer e transmitir uma compreensão mais clara do conceito de «desenvolvimento sustentável» - «o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras»⁶ - e a promover princípios e práticas mais apropriadas para o desenvolvimento sustentável ao nível local, nacional e global;
- Utilizar os recursos da universidade para melhorar a compreensão dos perigos físicos, biológicos e sociais que ameaçam o planeta e para reconhecer a

⁵ http://www.unesco.org/iau/sd/fre/dd_dkyoto.html acedido em 9/05/05

⁶ Relatório Brundtland

interdependência e as dimensões internacionais do desenvolvimento sustentável;

- Sublinhar a obrigação ética da geração actual em ultrapassar as práticas de gestão dos recursos e as disparidades que estão na base da insustentabilidade ambiental;
- Aumentar as capacidades da universidade ao nível do ensino, da investigação e das relações com a sociedade, de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável; aumentar a literatura ambiental e promover a compreensão da ética ambiental no meio académico e entre o público em geral;
- Cooperar entre si, e com todos os sectores da sociedade na busca de medidas práticas e políticas que permitam alcançar o desenvolvimento sustentável e, deste modo, protejam os interesses das gerações vindouras;
- Estimular as universidades a rever o seu funcionamento interno de modo a espelhar as melhores práticas de desenvolvimento sustentável;
- Solicitar à IAU a implementação dos meios adequados para pôr em prática esta declaração.

Ao reconhecer que o desenvolvimento sustentável implica uma mudança no sistema de valores, os delegados atribuíram um papel de relevo à universidade: fomentar a nível internacional uma necessária tomada de consciência da realidade e suscitar um sentimento global de responsabilidade e solidariedade. São ainda desafiadas a universidade a implementar um sistema de cooperação universitária para o desenvolvimento sustentável onde as universidades dos países mais pobres devem assumir um papel activo.

Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável - Copernicus⁷ (1994)

– Este documento promovido no âmbito do programa europeu homónimo, define as acções a adoptar pelas universidades que pretendem um desenvolvimento sustentável neste sentido também é designado de Carta Universitária para o

⁷ O Programa Copernicus (*Cooperation Program for Environmental Research in Nature and Industry through Coordinated University Studies*) é um programa de cooperação europeia para a investigação sobre a indústria e a natureza através de estudos coordenados. Este programa trabalha em parceria com a Associação das Universidades Europeias (EUA), o Instituto de Investigação para uma Europa Sustentável (SERI), a Associação Ambiental das Universidades e Faculdades do Reino Unido (EAUC) e algumas universidades europeias singularmente proactivas em desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento Sustentável. Esta carta foi apresentada em Barcelona em 1993 e assinada em Genebra em 1994 por mais de 190 universidades. Hoje conta com 320 membros dos quais alguns são portugueses⁸.

Esta carta apresenta os seguintes princípios de acção para as universidades:

- Demonstrar um compromisso institucional real para com a teoria e prática das questões ambientais e de sustentabilidade no seio da comunidade académica;
- Promover entre os seus docentes, alunos e o público em geral padrões de consumo sustentáveis e um estilo de vida ecológico, desenvolvendo em paralelo programas de formação que capacitem o corpo docente para ensinar temáticas ambientais;
- Proporcionar aos funcionários educação e formação em matérias ambientais, para que eles possam desempenhar o seu trabalho de uma forma ambientalmente responsável;
- Incorporar uma perspectiva ambiental em todo o seu trabalho e estabelecer programas de educação ambiental envolvendo docentes, investigadores e estudantes;
- Encorajar a educação interdisciplinar e a colaboração e elaborar programas de investigação relativos ao desenvolvimento sustentável;
- Procurar ultrapassar os instintos competitivos entre disciplinas e departamentos;
- Desenvolver esforços para disseminar o conhecimento e suprir as falhas na actual literatura disponível, preparando material didáctico e estabelecendo programas de formação;
- Devem estar preparadas para participar em auditorias ambientais;
- Promover redes internacionais interdisciplinares de especialistas ambientais com o objectivo de estimular a colaboração em projectos ambientais de ensino e investigação. Neste contexto, a mobilidade de estudantes e bolseiros deve ser incentivada;
- Criar parcerias com outros sectores interessados da sociedade, de modo a desenhar e implementar abordagens, estratégias e planos de acção coordenados;
- Criar programas de educação ambiental adaptados aos diferentes grupos-alvo;

⁸ Institutos Politécnico de Bragança e de Coimbra. Universidades do Minho, Católica Portuguesa, Nova de Lisboa, Técnica de Lisboa, de Lisboa e do Porto.

- Contribuir para a transferência de tecnologias educativas e inovadoras e a implementação de métodos de gestão avançados.

Declaração de Thessalónica (1997) – Declaração assinada em Dezembro de 1997 pelos 93 estados presentes na conferência internacional: “*Ambiente e Sociedade: educação e sensibilização do público*” organizada pela UNESCO em Thessalónica na Grécia,.

Esta declaração representa para alguns autores (Orellana e Fauteux, 2000) uma viragem na educação sobre temáticas ambientais, inserindo a educação ambiental numa perspectiva de educação para um futuro viável, ao serviço do desenvolvimento sustentável.

No que toca à educação esta declaração recomenda que:

- Seja conferido um papel central às actividades educativas, de sensibilização do público e de formação;
- Governos, instituições financeiras e tecido empresarial sejam mobilizados para um maior investimento na educação e sensibilização do público;
- Seja criado um fundo financeiro próprio para a educação para o desenvolvimento sustentável, como forma de prestar apoio e dar maior visibilidade ao problema;
- A comunidade científica vigie a adequação e actualidade dos conteúdos programáticos e das acções de sensibilização do público;
- As escolas sejam incitadas a adaptar os programas de estudo às necessidades de um futuro viável, e que sejam apoiadas neste processo;
- Sejam, se necessário, reorientados os programas de formação de docentes;
- Seja apoiada a identificação e aplicação de práticas inovadoras, sendo apoiada a investigação sobre novas metodologias de ensino interdisciplinares.

Em 2000 a Associação Internacional das Universidades⁹ (IAU), a Associação dos Líderes Universitários para um Futuro Sustentável¹⁰ (ULSF), o COPERNICUS-

⁹Agrega mais de 650 universidades e estabelecimentos de ensino superior que são signatários da *Declaração de Kyoto*.

¹⁰ Agrega os 290 signatários da Declaração de Talloires e promove a educação para a sustentabilidade baseada na *Carta da Terra*.

CAMPUS¹¹ e a UNESCO¹² uniram-se para formar uma **Parceria Global do Ensino Superior para a Sustentabilidade (GHESP)**. Através desta parceria pretende-se unir forças para um maior empenhamento do ensino superior no processo de desenvolvimento sustentável. Entre os objectivos desta parceria destacam-se:

- A promoção do conhecimento e a implementação efectiva de estratégias para a incorporação do desenvolvimento sustentável na universidade;
- A necessidade de abordagens interdisciplinares do ensino e da investigação;
- A identificação e ampla disseminação de modelos e boas práticas de sustentabilidade;
- A elaboração de recomendações baseadas na investigação desenvolvida e na auscultação à comunidade envolvente.

Declaração de Luneburgo (2001) – Declaração sobre o Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável - assinada em Outubro de 2001, em Luneburgo na Alemanha, por onze das mais prestigiadas instituições científicas do mundo nomeadamente pelos parceiros do GHESP¹³ (AIU, ULSF¹⁴, Copernicus-Campus e UNESCO). Através desta declaração é feito um apelo aos estabelecimentos de ensino superior para que, entre outros aspectos,¹⁵:

- Assegurem uma actualização constante dos materiais didácticos de modo a que espelhem os mais recentes conhecimentos científicos sobre sustentabilidade;
- Seja dada prioridade a uma reorientação da formação dos docentes no sentido do desenvolvimento sustentável;
- Seja dada formação contínua sobre desenvolvimento sustentável aos docentes, decisores e público em geral;
- Se incluam nas suas actividades uma forte componente de reflexão sobre valores e normas para o desenvolvimento sustentável;

¹¹ Responsável pela *Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável* assinada por mais de 305 responsáveis universitários de 37 países europeus.

¹² United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Trata-se da organização responsável pela implementação do capítulo 36 - *Promover a educação, a consciência pública e a formação da Agenda21*.

¹³ Global Higher Education for Sustainability Partnership.

¹⁴ University Leaders for Sustainable Future.

¹⁵ http://www.unesco.org/iau/sd/fre/dd_declarations.html. acedido em 09/07/05.

- Se aumente a ênfase no desenvolvimento de capacidades e intensifique as redes entre instituições de ensino superior.

Declaração de Ubuntu (2002) – Declaração sobre a Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável – assinada em 2002 por 11 das mais prestigiadas organizações educativas e academias científicas internacionais entre as quais o GHESP. Esta declaração¹⁶ foi assinada no âmbito da Cimeira mundial sobre desenvolvimento sustentável (WSSD) de Joanesburgo. Na qual é reafirmado o papel central da educação, para um futuro viável, enquanto ferramenta de desenvolvimento sustentável. Neste evento é reconhecido que as recomendações da *Agenda 21* estão longe do serem alcançadas. Consequentemente, um dos objectivos desta Cimeira foi relembrar e pressionar os estados presentes para que sejam desenvolvidos esforços para implementar a *Agenda 21*.

Tendo por base a Declaração de Luneburgo, a Declaração de Ubuntu apela para uma maior ênfase global na educação para o desenvolvimento sustentável, um reforço da educação científica e tecnológica, e a construção de alianças internacionais para alcançar estes objectivos. Dever-se-á trabalhar no sentido da criação de um espaço global de aprendizagem em educação e sustentabilidade que promova a cooperação e o intercâmbio entre instituições em todos os níveis e sectores da educação. Este espaço deverá basear-se na criação de redes internacionais de instituições e na criação de centros regionais de excelência, que agreguem universidades, politécnicos, escolas secundárias e primárias.

Neste sentido, é feito um apelo para que se considerem os *educadores* como um grupo importante de intervenientes no processo de desenvolvimento sustentável e, para que seja feita a revisão dos programas curriculares nas escolas e universidades, de modo a que estes estejam mais orientados para os desafios da sustentabilidade.

¹⁶ http://www.ulsf.org/pub_declaration_othvol61.htm acedido em 10/05/05.

Alguns dias depois da Cimeira mundial sobre desenvolvimento sustentável (WSSD) de Joanesburgo decorreu, na universidade de Rhodes em Grahamstown, na Africa do Sul, a Conferência EMSU¹⁷ subordinada ao tema: *O Papel do Ensino Superior no Desenvolvimento Sustentável*. Esta conferência reuniu mais de 150 delegados de 30 países. Durante a sessão de encerramento da EMSU, foi sugerido às universidades (Wemmenhove, 2002) que:

- Fomentem uma abordagem transdisciplinar do ensino e da investigação;
- Fomentem um maior envolvimento de todos nas actividades do campus associadas com operações de sustentabilidade;
- Mudem para uma abordagem baseada na procura das comunidades locais;
- Partilhem o conhecimento universitário com a comunidade envolvente;
- Fomentem o envolvimento de especialistas nas reformas curriculares;
- Criem oportunidades para mulheres em zonas rurais;
- Desenvolvam indicadores que permitam mensurar o grau de integração do desenvolvimento sustentável na educação;
- Aumentem a comunicação no interior da universidade e entre estabelecimentos universitários.

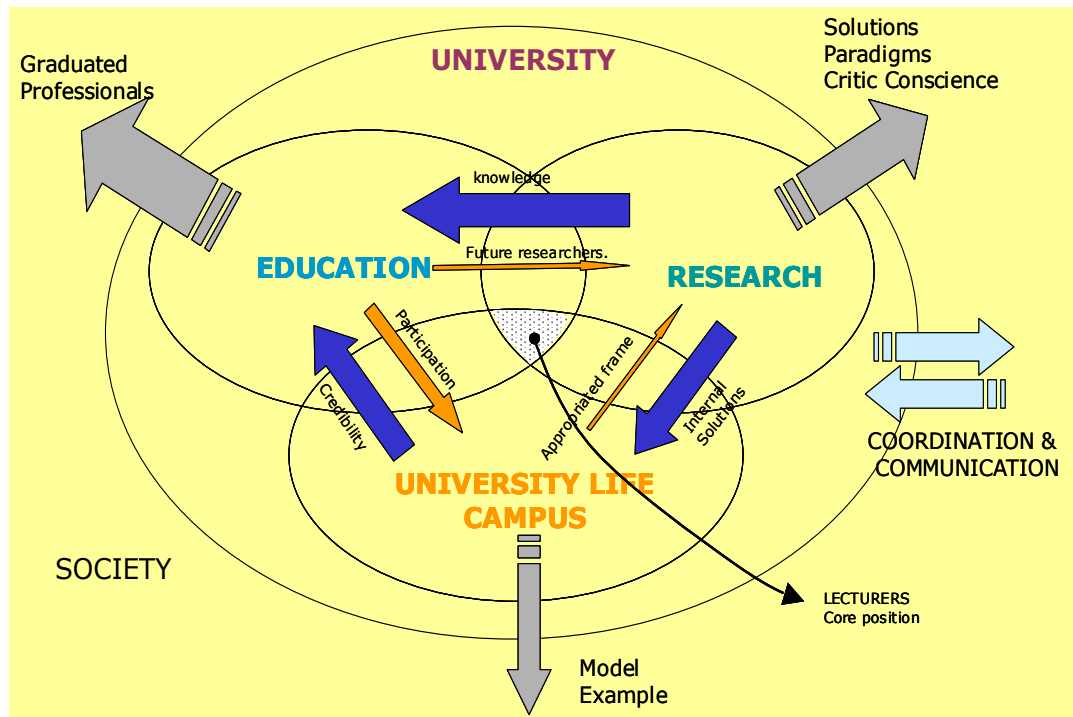
Entre as comunicações apresentadas neste evento destaca-se um modelo, apresentado pela Universidade Politécnica da Catalunha – Fig. 1 - que evidencia as funções a desempenhar pela universidade na procura do desenvolvimento sustentável e agrega os contributos das declarações assinadas desde a década de 70 (cf. Ferrer-Ballas, 2002; Fouto, 2002):

1. A **formação/educação** de alunos, elementos e futuros decisores de uma sociedade sustentável;
2. A **investigação** de soluções, o questionamento de paradigmas e o estabelecimento de valores que sirvam um modelo de sociedade sustentável;
3. A implementação de **campus universitários** como exemplos práticos de sustentabilidade à escala local;

¹⁷ *Environmental Management for Sustainable Universities* (2002).

4. **Coordenação e comunicação** entre os níveis anteriores e entre estes e a sociedade.

Fig. 1 – A Universidade numa sociedade rumo ao desenvolvimento sustentável



Fonte: Ferrer-Ballas, 2002:121

3. Modelos, estratégias e práticas

3.1 Tendências emergentes

O papel a desempenhar pelas universidades na transição para a sustentabilidade afigura-se um processo complexo. O facto do conhecimento constituir o recurso fundamental e a universidade corresponder a uma organização centrada na mobilização e gestão de recursos para a sua criação, transmissão e difusão assegura-lhe o reconhecimento de protagonismo, mas não do sucesso.

Como argumentam Leal Velho e T. Wright (2002: 126), “the subject matter of sustainability deserves a special emphasis. (...) sustainability not only encompasses

the ... matters of ethics and social behaviour in a holistic way, but also ... entails good management and catalyses good academic practice ... [and]... becoming more socially and environmentally responsible involves change". Tal relaciona a contribuição da universidade com a sua capacidade de mudança.

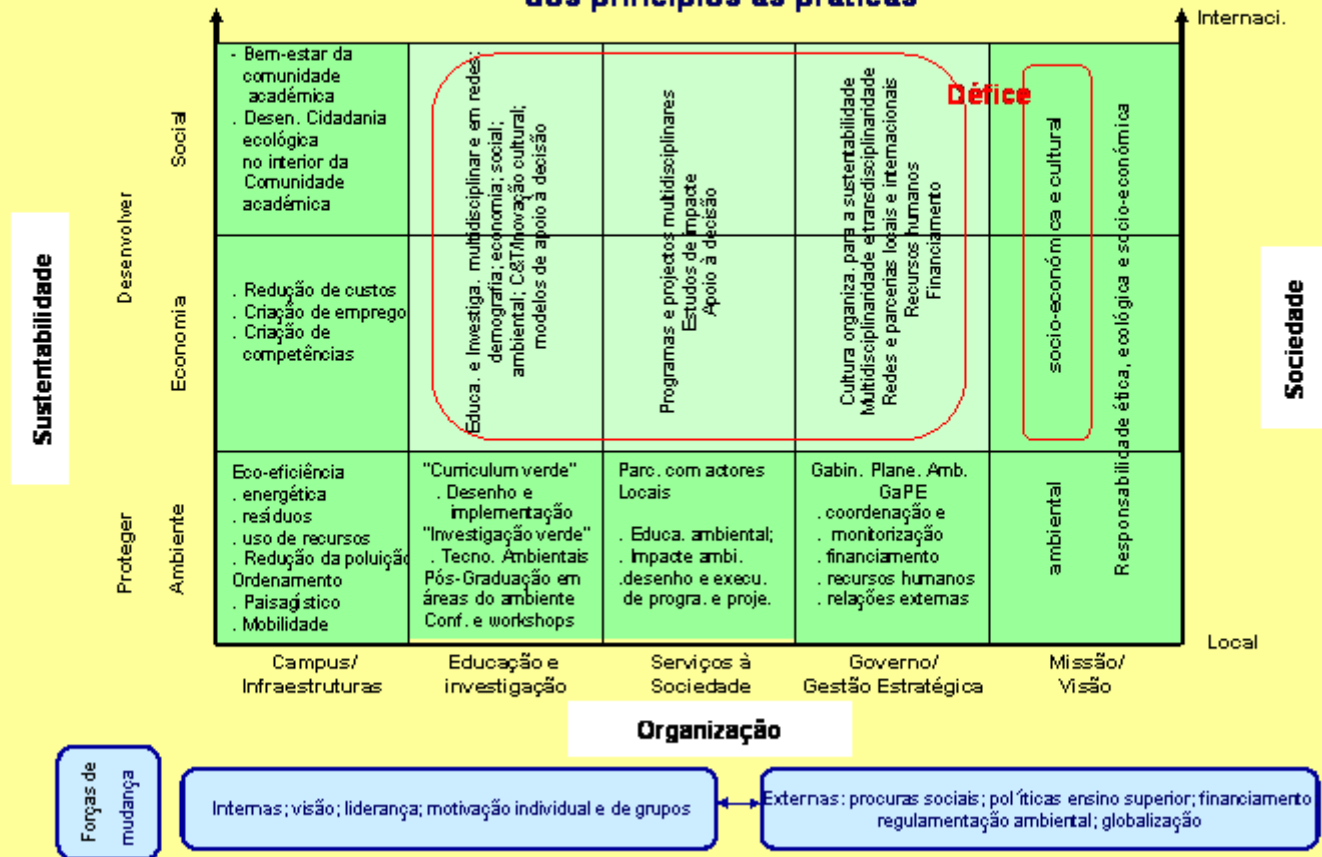
Alguns autores vêem tal compromisso como um impulso adicional da maior importância para o processo de transformação e legitimação social da universidade e percebem o conceito de *sustainable university* como o modelo de universidade moldado aos desafios da sustentabilidade (cf. e.g. H. van Weenen, 2000). Trata-se de um conceito em construção, de uma visão da universidade do futuro, que tem vindo a ser burilado pelas experiências das instituições académicas na sua abordagem do desenvolvimento sustentável.

De facto, a secção anterior revela um crescente compromisso formal de universidades com a sustentabilidade e que as Declarações e Cartas elaboradas vêm explicitando com maior precisão o conteúdo substantivo do conceito do desenvolvimento sustentável (cf. e.g. EMSU/ RU, 2002 e GHESP, 2001). Contudo, uma breve incursão pela literatura mostra-nos uma multiplicidade de experiências com diferenças de posicionamento e um conjunto de obstáculos genericamente partilhados pelas universidades.

A figura 2 sistematiza as áreas de incidência do envolvimento das universidades na transição para a sustentabilidade. A figura é elaborada com base em estudos de caso de universidades pertencentes à GHESP (cf. GHESP, 2001): universidades signatárias de uma, ou mais, das Declarações ou Cartas, que assumiram explicitamente o compromisso formal com o desenvolvimento sustentável no quadro das agendas da Comunidade Internacional, nomeadamente das Nações Unidas.

A abordagem do processo interrelaciona três eixos considerados fundamentais para o exame do papel das universidades na criação dos alicerces da sustentabilidade: **sustentabilidade**, **organização** da universidade e **sociedade**, como se pretende ilustrar na Figura 2 (cf. e.g. P. Downey, 2004, EMSU/RU 2002, H. van Weenen, 2000).

Fig. 2 - Universidade na transição para a sustentabilidade: dos princípios às práticas



Fonte: autores

Do ponto de vista da **sustentabilidade**, como se pode observar, o domínio ambiental é aquele que tem merecido mais atenção por parte das universidades na sua aprendizagem da construção de uma sociedade sustentável, começando na maior parte das vezes pelo envolvimento prioritário no objectivo de criação de um campus-verde, “universidade verde”, respondendo ao *princípio de que a universidade deve praticar o que ensina* (cf. e.g. R. Thompson e W. Green, 2005).

Esta trajectória poderá ser mais ou menos complexa e ambiciosa: procura incutir uma cultura ambiental orientada para comportamentos sustentáveis dos membros da comunidade académica. Tal implica elevado investimento em formação em recursos humanos, em acções de sensibilização, na literacia ambiental, organizacional, na profissionalização de actividades ligadas ao ambiente e na procura de elevados níveis de desempenho em termos de eco-eficiência nos domínios causadores de maior pressão ambiental como a energia, transportes, resíduos e qualidade do ar (cf. J. Moore *et al*, 2005 e Ferrer-Balas, 2002).

Esta abordagem é muitas vezes enquadrada no quadro das actividades de educação e de investigação. A estratégia é considerar a universidade como um laboratório de investigação a partir do qual se produz conhecimento através de uma dinâmica de interacção social densa por parte dos elementos da academia. A universidade procura afirmar-se como uma referência de boas-práticas ambientais e estimular a sua transferibilidade através dos mecanismos de interacção com a sociedade: estudantes, docentes, investigadores, entre outros (cf. Ferrer-Balas, 2002 e H. van Weenen, 2000).

O eixo **organização** operacionaliza os padrões de comportamento organizacional suscitados pelo compromisso formal das universidades como signatárias das Declarações de princípios sobre o desenvolvimento sustentável. O compromisso formal constitui, genericamente, o primeiro passo: uma afirmação de intenções. Todavia, a literatura revela que a sua incorporação na cultura organizacional

segue diferentes trajetórias com incidência muito diferenciada nas transformações organizacionais.

Algumas universidades incorporam transversalmente os princípios da sustentabilidade como força enformadora das suas missões. Visionam os desafios da sustentabilidade como os domínios de maior procura social de conhecimento científico e tecnológico no futuro e localizam aí as maiores oportunidades de afirmação competitiva. Este passo parece ser importante para o recentramento da gestão estratégica. Este esforço traduz-se, por vezes, na criação de Gabinetes de Planeamento Ambiental – ÁGAPE, com importantes funções de coordenação, monitorização, gestão de recursos, de fontes de financiamento e de certificação ambiental. Embora constitua um passo necessário, para a sustentabilidade, não é, contudo, suficiente: a integração das dimensões económica e social da sustentabilidade revela-se um exercício difícil e com resultados muito reduzidos (cf. e.g. Leal Filho e T. Brigue, 2002, e H. van Weenen, 2000).

Assim, algumas universidades parecem seguir uma estratégia incrementalista. Depois de alguma experiência centrada no ambiente procuram através de um processo de planeamento estratégico mais ambicioso estender a sua abordagem às dimensões económica e social da sustentabilidade estimulando projectos de natureza interdisciplinar e transdisciplinar, quer no quadro de redes de investigação académica, quer no âmbito de iniciativas mais abrangentes que envolvem parcerias com sectores da comunidade local, regional e nacional ou mesmo internacional. Em todo o caso, observa-se que neste domínio o progresso tem sido lento e os desafios a superar são significativos (cf. e. g. R. Thompson e W. Green, 2005 e P. Downey, 2004).

A ênfase colocada pelas últimas Declarações, por estruturas nacionais responsáveis pelas políticas de ensino superior e por estudos de caso na necessidade de avançar com abordagens interdisciplinares traduzem o reconhecimento do défice existente e do longo e árduo percurso a percorrer. O *TAP* de conhecimento organizacional constitui o principal desafio para as

universidades, existindo a consciência de que a sua superação implica uma combinação criativa de dinâmicas *top-down* e *bottom-up*. O empenhamento de administradores seniores revela-se crucial para a definição e consolidação de uma agenda da organização centrada na sustentabilidade, mas a sua implementação depende em muito do acolhimento e mobilização de níveis descentralizados, em particular docentes e investigadores (cf. e.g. Ferrer-Balas, 2002 e Leal Filho e T. Wright, 2002).

A figura 2 ilustra factos que configuram o que se poderia designar por uma trajectória tendencial, mas o preenchimento dos diferentes espaços dessa trajectória conhece uma elevada variabilidade. Muitas das universidades pouco mais foram além do estatuto de elemento signatário de uma Declaração, sinalizando uma clara incapacidade de projecção de uma visão alicerçada na sustentabilidade como força estruturante da sua dinâmica institucional.

3.2 Porque se envolvem as universidades com o desenvolvimento sustentável?

O que leva as universidades a envolverem com o desenvolvimento sustentável? Uma primeira explicação poderá residir no impacte que tem a agenda para a sustentabilidade nas mutações da envolvente específica da universidade. Diremos que no quadro das forças de mudança externas a procura social de conhecimento e competências é polarizada pelos desafios da sustentabilidade: observando-se um predomínio crescente do núcleo central das suas preocupações em relação aos objectivos que marcaram no passado recente o financiamento da agenda da ciência e tecnologia: a defesa e a competitividade económica.

Existe ainda um reconhecimento geral de que a regulação ambiental exerce um impacte crescente sobre as actividades do Homem e que a desmaterialização da produção constitui um requisito fundamental da competitividade futura das empresas e das economias nacionais. Tal explica o progressivo interesse do sector empresarial pelas questões ambientais da análise de impacte e monitorização e da

eco-eficiência na busca de um melhor desempenho ecológico e social, mas fundamentalmente na redução de custos. Este comportamento tem contribuído para alteração do curriculum e para uma oferta de formação, em diferentes domínios científicos e tecnológicos, com maior pendor ambiental.

Qual o ponto de vista da universidade? As universidades partilham da percepção de que desfrutam um papel vital. Como sublinha a Declaração Talloires “Universities educate most of the people who develop and manage society’s institutions. For this reason, universities bear profound responsibilities to increase the awareness, knowledge, technologies, and tools to create an environmentally sustainable future”.

Contudo, um dos poucos estudos realizado junto de universidades signatárias da Declaração Talloires revelam motivos que se localizam para além destes princípios de intenções e fazem emergir a importância para a estratégia institucional da vinculação à agenda da sustentabilidade. De acordo com M. Shriberg (2002) os motivos do compromisso com a sustentabilidade parecem estar relacionados com um conjunto de factores diversificados relacionados com o curto e longo prazo e com o reconhecimento de potenciais benefícios associados a um comportamento ético, ecológico e socialmente responsável, como se pode observar no quadro 3.

Quadro 3 – Fundamentos para a prossecução da sustentabilidade

1. Prestígio	5. Razões éticas e morais
2. Redução de custos	6. Criação de capacidade de mudança social
3. Pressão da regulamentação	7. Aquisição de benefícios
5. Responsabilidade social	8. Posicionamento estratégico

Fonte: M.Shriberg (2002)

Todavia, quando se analisa a posição de diferentes membros das instituições os resultados revelam diferenças quanto às prioridades. Por exemplo, ao nível da administração o posicionamento estratégico surge como o factor prioritário. Por sua vez, a um nível mais descentralizado, faculdades e estudantes, os princípios éticos, morais e de responsabilidade social situam-se no topo das suas prioridades.

3.3 Quais os principais obstáculos

Os factores que predominam como maiores obstáculos a uma real contribuição e maior sucesso das universidades na criação de condições de sustentabilidade são de múltipla natureza e traduzem, fundamentalmente, um *gap* de conhecimento institucional na mobilização dos recursos intelectuais singulares à universidade.

M. Shriberg (2002) identifica, entre outros, a prioridade de outras iniciativas, a falta de financiamento, a falta de tempo, a complexidade do tema, o insuficiente compromisso dos governos da universidade, insuficiências de coordenação, de estruturas e de recursos humanos, rigidez organizacional, falta de informação e o medo da mudança como barreiras que exercem forte constrangimento a um protagonismo mais activo e bem sucedido.

Já Ferrer-Balas (2002), no seu estudo sobre a Universidade Técnica da Catalunha, salienta a necessidade de uma maior ligação entre a educação, formação, investigação e as actividades operacionais do campus universitário, a promoção da coordenação e informação, o estímulo ao envolvimento da comunidade académica, maior investimento na educação e investigação de natureza multidisciplinar e a criação de um sistema de indicadores operacionais.

Por sua vez Leal Filho e T. Wright (2002), além de partilharem uma parte importante dos problemas atrás apontados, realça, ainda, a estrutura de governo académico, o sistema de liderança, os canais de comunicação e as barreiras

económicas. No caso das barreiras económicas chama a atenção para o facto de o sistema de financiamento das universidades não incluir no seu orçamento corrente os custos de investimento na sustentabilidade, estando uma parte importante deste esforço remetido para a recurso a fontes externas à universidade segundo critérios competitivos.

4 - As universidades portuguesas na hora da sustentabilidade

O desafio do desenvolvimento sustentável pode ser encarado de diversas formas. As abordagens podem variar desde o apontar para um modelo de “*empresa amiga do ambiente*” com a formulação de princípios e a assinatura de declarações, para a criação de novas instituições, ou centrando a missão e a gestão da universidade na busca da sustentabilidade (H. van Weenen, 2000).

Algumas instituições têm incluído na sua estratégia medidas compatíveis com a preservação do meio ambiente, centrando-se numa utilização mais eficiente de recursos como o papel, a água etc. Outras, têm enfatizado os princípios para uma maior responsabilização, nomeadamente na conservação dos recursos naturais, nas políticas de construção e nos custos ambientais subjacentes a determinadas decisões. Outras, ainda, apostam na formação e investigação em temáticas do meio ambiente. Sensibilizando alunos, investigadores e público em geral para o impacto dos seus estudos e decisões no ambiente. De um modo geral, procura-se criar um modelo de universidade mais “verde”, com maiores preocupações ambientais.

Em Portugal a discussão em torno do papel da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável tem sido quase inexistente, e os poucos eventos registados tem-se centrado numa perspectiva meramente ambientalista.

Procurando o enquadramento na política educativa comunitária verifica-se que apenas algumas instituições¹⁸, integram o programa Copernicus¹⁹ e só uma assinou a Declaração de Talloire²⁰.

No Capítulo 36 – de Agenda 21 local – *Promover a educação, a consciência pública e a formação*. Na área programática – *Reorientar a educação para o desenvolvimento sustentável* é definida a *integração dos conceitos de ambiente e desenvolvimento em todos os programas de educação, em particular a análise de causas dos problemas que lhes estão associados*. Nas universidades portuguesas, passados mais de dez anos, este objectivo não só não foi cumprido como ainda não se deu início à discussão sobre a integração da educação para a sustentabilidade como uma medida prioritária na missão da universidade.

É necessário ter em conta que “.....provavelmente muitas universidades que subscreveram as declarações até aqui referidas não implementaram na prática os seus princípios. Com isso comprometeram os objectivos a elas subjacentes, lançando o descrédito, primeiro internamente entre alunos, professores, funcionários e projectando-o em seguida para o exterior. É, portanto, preferível que as universidades não assumam quaisquer compromissos em matéria de educação para o Desenvolvimento Sustentável enquanto não estiverem totalmente preparadas para o fazer. Mas sobretudo é imperativo que se preparem rapidamente para o fazer (Fouto, 2002:5)

Neste sentido é crucial que seja criado um órgão de coordenação em termos nacionais. Assim, embora algumas universidades portuguesas²¹ estejam a dar alguns passos, a falta de coordenação e comunicação a nível nacional pode ser prejudicial.

¹⁸ Institutos Politécnico de Bragança e de Coimbra. Universidades do Minho, Católica Portuguesa, Nova de Lisboa, Técnica de Lisboa, Lisboa e do Porto.

¹⁹ *Cooperation Program for Environmental Research in Nature and Industry through Coordinated University Studies* - é um programa de cooperação europeia para a investigação que foi lançado pela Conferência dos Reitores da Europa (CRE) em 1988, sendo hoje uma organização independente em estreita relação com a Associação Universitária Europeia (EUA).

²⁰ Universidade Nova de Lisboa.

²¹ Universidades do Algarve, de Aveiro, Técnica de Lisboa e Nova de Lisboa.

5 Considerações Finais

Os estudos sobre o papel da universidade na transição para a sustentabilidade, centrados nas universidades signatárias das Declarações de compromisso com o desenvolvimento sustentável, revelam uma forte ênfase da abordagem alicerçada na componente ambiental da sustentabilidade por parte das instituições que mais avançaram. Muitas não foram além das intenções, pois não utilizam o seu compromisso como instrumento de comunicação institucional, disponibilizando pouca ou nenhuma informação sobre as suas actividades e avaliação das mesmas.

As universidades com maior sucesso optam por uma comunicação institucional mais agressiva e revelam significativo investimento na produção de informação e na divulgação dos seus resultados em temas internacionais. O ponto de partida para a abordagem da sustentabilidade recai, tendencialmente em políticas de sustentabilidade do campus universitário acompanhadas pela implementação do curriculum verde e do desenvolvimento de tecnologias ambientais.

Observa-se que existe um longo caminho a percorrer quanto a análise recai sobre a concepção mais abrangente da sustentabilidade. A abordagem do desenvolvimento ainda beneficia predominantemente da base disciplinar e apenas muito gradualmente se assiste a uma alteração deste paradigma. As dificuldades resultantes de uma definição clara e precisa do conceito de sustentabilidade e as diferenças de entendimento quanto à forma de operacionalização tem contribuído para o quadro actual que se poderá caracterizar por *estádio de infância* quanto ao conhecimento e aprendizagem societalmente requerida. Verifica-se com efeito um *gap* de conhecimento, cujo aspecto crítico parece não se situar na qualidade e relevância dos conhecimentos produzidos, mas sim na falta de integração dos mesmos.

Mas a trajectória para a sustentabilidade não exige apenas a definição do seu conceito e dos seus objectivos. São fundamentais avanços quanto às condições necessárias para o alcançar, como revela esta análise exploratória, sendo vital a

sua monitorização. Tal coloca como factor crucial de investigação a produção de instrumentos de medida e de monitorização, nomeadamente de sistemas de informação e de indicadores de apoio à tomada de decisão que avaliem o desempenho e suportem a elaboração de medidas de acção. No âmbito do estudo do papel da universidade no caminho para a sustentabilidade tal instrumento parece-nos da maior relevância.

Bibliografia

ACU (1993). *Swansea Declaration*, Association of Commonwealth Universities' Fifteenth Quinquennial Conference. ACU, University of Wales, Swansea, Wales. http://www.unesco.org/iau/sd/rtf/sd_dswansea.rtf

AUCC (1991). *Halifax Declaration*, Conference on the Role of Universities in Addressing Environment and Development. AUCC, IAU, UNU and DU, Dalhousie University, Halifax, Canada. http://www.unesco.org/iau/sd/rtf/sd_dhalifax.rtf

COUTO, A., MATOS, F., CARVALHO, P. G., e CÉU, M., 2004. "Ciência, Inovação e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e implicações estratégicas para a universidade", 2º *Seminário Internacional AlfaPlanGIES*, UBI-Covilhã, Portugal, 25-29 de Outubro.

CRE/ COPERNICUS (1993). *The University Charter for Sustainable Development*, Conference of European Rectors – the Association of European Universities. CRE-COPERNICUS, Barcelona, Espanha. <http://www.unesco.org/iau>

EMSU/ RU (2002). *Proceedings*, International Conference on Environmental Management for Sustainable Universities: The Role of Higher Education in Sustainable Development. EMSU and Rhodes University. 11 – 13 September 2002, Rhodes University, Grahamstown, South Africa. <http://www.ru.ac.za/emsu>

DOWNEY, P., (2004). "Sustainability takes time", *International Journal of Sustainability in Higher Education*, Vol. 5 (1): 81-90.

FERRER_BALAS, D. (2002). "Global environmental planning at the Technical University of Catalonia", *Proceedings of International Conference on Environmental Management for Sustainable Universities: The Role of Higher Education in Sustainable Development*. EMSU and Rhodes University. 11 – 13 September 2002, Rhodes University, Grahamstown, South Africa: 111-124. <http://www.ru.ac.za/emsu>

FOUTO, A., R., F., (2002), *O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais*, Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Relações Internacionais do Ambiente, Universidade Nova de Lisboa.

GHESP (2001). *The Luneburg Declaration on Higher Education for Sustainable Development*, International Conference on Higher Education for Sustainability: Towards the WSSD 2002. COPERNICUS and the University of Luneburg, University of Luneburg, Germany. http://www.unesco.org/iau/sd/rtf/sd_dluneburg.rtf

GRAHAM, Armada, 2004. *Report on Higher Education Sustainability Activities*, MIT, Cambridge, USA.

- IAU (1993). *Summary Report*, IAU Ninth Round Table. IAU, Kyoto, Japan.
http://www.unesco.org/iau/sd/sd_dkyoto.html
- IAU (1993). Kyoto Declaration - Kyoto, Japan.
http://www.unesco.org/iau/sd/sd_dkyoto.html
- IAU (1993). Draft Action Plan for Individual Universities - Kyoto, Japan.
http://www.unesco.org/iau/sd/rtf/sd_akyoto.rtf
- LEAL VELHO, W. e WRIGHT, T., (2002). "Barriers on the path to sustainability: European and Canadian perspectives in the Higher Education", *Proceedings of International Conference on Environmental Management for Sustainable Universities: the Role of Higher Education in Sustainable Development*. EMSU and Rhodes University. 11 – 13 September 2002, Rhodes University, Grahamstown, South Africa: 125-137. <http://www.ru.ac.za/emsu>
- MAZURKIEWICZ, B. (1998). *International Association of Universities Task Force: Universities as Actors in Sustainable Development*, Draft Report of the IAU Fourth Mid-Term Conference' First Meeting. IAU, Bangkok, Thailand.
<http://www.unesco.org/iau/>
- MOORE, J., *et al*, (2005). "Recreating the university from within: collaborative reflections on the university of British Columbia's engagement with sustainability", *International Journal of Sustainability in Higher Education*, Vol. 6 (1): 65-80.
- SHRIBERG, M., (2002). "Talloires in Action: Creating Leaders and Laggards in the US", *Research*, Vol.6 (1), ULSF Publications.
- THOMPSON, R. e GREEN, W., (2005). "When sustainability is not a priority: an analysis of trends and strategies", *International Journal of Sustainability in Higher Education*, Vol. 1 (1): 7-17.
- UNCHD (1972). *Stockholm Declaration*, United Nations Conference on the Human Environment. UN, Stockholm, Sweeden. <http://www.unep.org/documents>
- ULSF (1990). *Talloires Declaration*, Conference of the University Presidents for a Sustainable Future. ULSF, Tufts University European Center, Talloires, France.
http://www.ulsf.org/programs_talloires_td.html
- UNCED (1992)a. *Rio Declaration*, United Nations Conference on Environment and Development. UN, Rio de Janeiro, Brasil.
http://www.unesco.org/iau/sd/rtf/sd_erio.rtf
- UNCED (1992)b. *Agenda 21*, United Nations Conference on Environment and Development. UN, Rio de Janeiro, Brasil.
<http://www.un.org/esa/sustdev/agenda21.html>
- UNESCO (1997). *Thessaloniki Declaration*, International Conference on Environment and Society: Education and Public Awareness for Sustainability. UNESCO and the Government of Greece, Thessaloniki, Greece.
http://www.unesco.org/iau/sd/rtf/sd_dthessaloniki.rtf
- UNU (2002). *UBUNTU Declaration on Education and Science and Technology for Sustainable Development*, World Summit on Sustainable Development. WSSD, Johannesburg, South Africa.
http://www.unesco.org/iau/sd/rtf/sd_dubuntu.rtf
- WEENEN, H. van, (2000), "Towards a vision of a sustainable university", *International Journal of Sustainability in Higher Education*, Vol.1 (1): 20-34.
- WEMMENHOVE, R., (2002), *Lessons from South-Africa*, IAU Newsletter, November.